

## Política social no Brasil: síntese do período 2004-2014

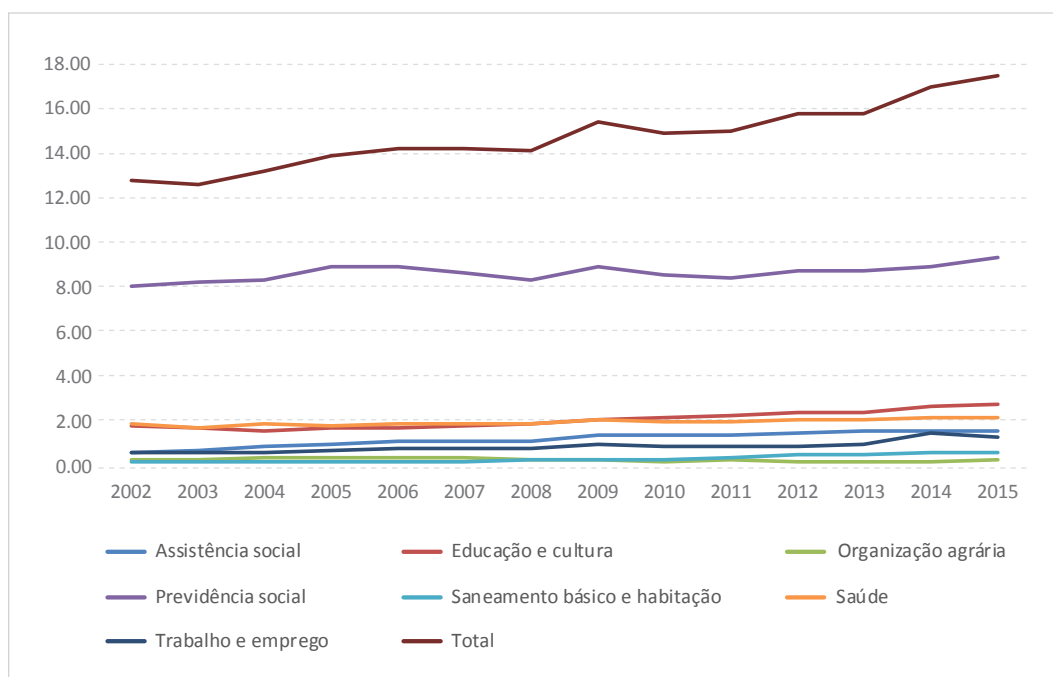
Patrícia Andrade de Oliveira e Silva, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

**Os anos de 2000, em especial após 2004,** foram um período diferente para a economia brasileira, com crescimento econômico sustentado. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou de R\$ 1,2 trilhões em 2000 para R\$ 5,6 trilhões em 2014, com variação anual positiva em todos os anos, exceto em 2009, cuja taxa de crescimento foi negativa em 0,1 por cento, em razão da crise econômica internacional. Os indicadores de desigualdade seguiram a mesma tendência, com o Índice de Gini decrescendo de 0,570 em 2004 para 0,515 em 2014.

Como consequência, a queda da pobreza foi expressiva, uma vez que a taxa de pobreza extrema diminuiu quase 68 por cento entre 2004 e 2014, uma redução média de cerca de 10 por cento ao ano. O contexto econômico positivo (gerando superávits primários), com a crescente valorização do salário mínimo, o Programa Bolsa Família (PBF) e a criação do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2004 favoreceram a atuação governamental na atenção à política social, especialmente as despesas públicas sociais.

Neste sentido, destacando algumas áreas da política social, o Gráfico 1 mostra a evolução positiva da despesa pública total de 13 por cento do PIB em 2002 para 17,5 por cento em 2015. Assim, a elevação dos gastos representa mais de 3 pontos percentuais do PIB, com destaque para: a) Educação e Cultura: aumento de 0,74 pontos percentuais (p.p) do PIB; b) Assistência Social (0,78 p.p do PIB); e c) Previdência Social (0,97 p.p do PIB). Ao mesmo tempo, os gastos em saúde permaneceram estáveis, e a organização agrícola e o saneamento foram inexpressivos ao longo do período.

**Gráfico 1.** Evolução do gasto social – Brasil, 2002-2015 (% do PIB)



Fonte: Tesouro Nacional (2016).



Com a crise financeira internacional entre 2007 e 2008, foram muitas as expectativas acerca do declínio do desempenho da economia brasileira e sua capacidade de sustentar os indicadores positivos. A atmosfera negativa agravou-se depois que a então presidente Dilma Rousseff anunciou medidas anticíclicas para combater a crise internacional, unidas aos escândalos de corrupção em seu governo, o que iniciou uma crise política extremamente séria, culminando com o *impeachment* da presidente. Dessa forma, iniciou-se um ajuste recessivo das contas públicas com taxas de juros mais altas, redução da disponibilidade de crédito e gastos federais, entre outros fatores, afetando diretamente os indicadores econômicos e sociais (com aumento da inflação e desemprego), com previsões de piora para os anos seguintes.

De acordo com as dificuldades enfrentadas pela população brasileira no passado, é importante compreender o fenômeno atual preservando os ganhos obtidos na década anterior, com particular relevância para a manutenção das políticas sociais. Portanto, é necessário analisar a política social no Brasil, demonstrando sua evolução, progresso sobre a pobreza e a desigualdade, com a hipótese central de que os mecanismos de ajuste que estão atualmente em vigor na economia brasileira tendem a reverter a expansão e a continuidade da política social.

*Referências:*

SILVA, Patrícia A. O. Social Policy in Brazil (2004-2014): an overview. *Working Paper* No. 155. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2017.  
TESOURO NACIONAL. Gasto Social do Governo Central, 2002 a 2015. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2016.